

Revista Brasileira de Ciências Humanas

ISSN 3085-8178

vol. 1, n. 6, 2025

... ARTIGO 4

Data de Aceite: 01/12/2025

OS BENEFÍCIOS, DESAFIOS E PERIGOS DE MOÇAMBIQUE NUMA PROVÁVEL ENTRADA NO BLOCO DE BRICS

Nizia Rosario Totela Saide



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Resumo: O presente artigo analisa os **benefícios, desafios e riscos** associados à provável adesão de Moçambique ao bloco económico BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A investigação adopta uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de documentos e literatura académica, considerando fontes académicas, relatórios oficiais e estudos realizados. Os resultados revelam que a integração com os BRICS proporciona oportunidades económicas relevantes, tais como o acesso a investimentos estratégicos, a expansão das exportações e o reforço da posição de Moçambique no comércio global. Contudo, a adesão também acarreta desafios políticos e institucionais, nomeadamente a necessidade de manter a autonomia na política externa, fortalecer a governação e evitar uma dependência excessiva de recursos *commodities*. Os riscos sociais e geopolíticos permanecem igualmente pertinentes, colocando em evidência a importância de um planeamento estratégico adequado e de políticas mitigadoras. A conclusão do estudo aponta que a participação no BRICS será verdadeiramente benéfica apenas se for acompanhada de estratégias de diversificação económica, do fortalecimento das instituições e de uma diplomacia equilibrada, convertendo assim esta oportunidade numa trajectória sustentável de desenvolvimento para Moçambique.

Palavras-Chave: Moçambique; BRICS; integração económica; desenvolvimento sustentável; política externa.

Introdução

A iminente incorporação de Moçambique ao grupo BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África

de Sul, configura-se como um momento de elevada relevância estratégica para um país africano no contexto internacional. Este agrupamento caracteriza-se pelo seu dinamismo económico acelerado e pela crescente influência política global, procurando integrar nações emergentes que possam potenciar a ampliação do seu poder económico e diplomático. Para Moçambique, país dotado de vastas reservas de recursos naturais e estrategicamente localizado na África Austral, a aproximação ao BRICS representa uma oportunidade significativa. Essa inserção pode favorecer o incremento de investimentos, a expansão dos mercados de exportação e o fortalecimento da presença do país nas negociações internacionais (Daniel, 2023; CFR, 2023).

Ao longo da história, Moçambique adoptou uma política externa de não alinhamento, com vista a manter um equilíbrio entre diferentes agrupamentos económicos e potências globais. No entanto, as atuais dinâmicas do cenário económico mundial, assinaladas pelo aumento dos fluxos de investimento oriundos da China e pelo fortalecimento das parcerias Sul-Sul, criam condições propícias para que o país avalie a sua integração no núcleo do BRICS. A sua riqueza em recursos energéticos como gás natural e carvão mineral, bem como seus recursos pesqueiros e agrícolas extensos, constituem factores que aumentam sua atractividade para investimentos em sectores como infra-estruturas, energia e mineração. Segundo Egas Daniel (2023), ingressar no BRICS poderá facilitar o acesso aos financiamentos disponibilizados pelo Novo Banco de Desenvolvimento, criado especificamente para apoiar projectos nos países emergentes, além de fortalecer alianças estratégicas com Estados como China e Brasil.

Por outro lado, tal adesão apresenta desafios notáveis. O risco da excessiva dependência de *commodities* é destacado por analistas do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2011), os quais alertam que a participação em blocos económicos pode consolidar padrões produtivos pouco diversificados – uma condição prejudicial ao desenvolvimento industrialmente sustentável. Para Moçambique, esse cenário evidencia a necessidade imperativa de implementar políticas internas capazes de canalizar os investimentos para diversos sectores económicos. Outro factor a considerar relaciona-se com a política externa do país: Dias (2023) explica que integrar um bloco influente como o BRICS pode colocar em tensão a postura neutra historicamente adoptada por Moçambique perante as questões internacionais, exigindo um delicado equilíbrio entre interesses estratégicos e autonomia soberana.

Além disso, aspectos sociais e institucionais devem ser considerados na análise. A eficácia do envolvimento no BRICS dependerá essencialmente da capacidade nacional em gerir projectos estruturantes como infra-estrutura organizada, absorvendo os investimentos estrangeiros eficientemente, bem como assegurar transparência nas parcerias comerciais estabelecidas. A experiência adquirida por outros países em vias de desenvolvimento sugere que a realização desse objectivo requer estratégias integradas abrangendo planeamento económico robusto, fortalecimento institucional e implementação de mecanismos eficazes na mitigação dos riscos associados (CFR, 2023).

O centro do problema decorrente da possível adesão reside então na necessidade imperiosa de equilibrar benefícios económicos e diplomáticos com preservação da soberania política e estímulo ao desenvolvi-

to diversificado. Se por um lado este passo permite aceder novos fluxos financeiros e aumentar visibilidade geopolítica, aspecto positivo, por outro pode vir a comprometer o crescimento sustentável caso se negligenciem estratégias planeadas ou se persistir uma dependência excessiva dos sectores tradicionais das *commodities*. Assim sendo, um verdadeiro desafio consistirá em transformar esta oportunidade num progresso efectivo para toda a população moçambicana sem sacrificar a autonomia política nem desestabilizar a economia nacional.

Este artigo tem como objectivos apresentar o conceito, visão, missão e características dos Brics, apresentar os benefícios, desafios e perigos actuais para os países que integram o bloco Brics, apresentar a situação actual dos Brics no domínio global e avaliar os prováveis benefícios, desafios e perigos de Moçambique em caso de entrar no bloco Brics. A presente investigação fundamenta-se na necessidade de realizar uma análise rigorosa dos efeitos económicos, políticos e sociais que poderiam resultar da potencial adesão de Moçambique ao bloco económico BRICS. Apesar do crescente interesse por parcerias Sul-Sul e da relevância estratégica de Moçambique no contexto africano, existe uma escassez de estudos que abordem de forma integrada as vantagens, desafios e riscos associados a esta possível integração.

A entrada no BRICS implica não apenas a possibilidade de captar investimentos, obter financiamentos e expandir mercados, mas também apresenta riscos ligados à dependência económica, à influência sobre a política externa e à necessidade de diversificação da economia nacional. Assim sendo, compreender estes aspectos é crucial para que o país possa formular estratégias orienta-

das ao desenvolvimento sustentável e consolidar a sua posição no cenário internacional.

Portanto, este estudo contribui para o avanço do conhecimento científico relativo à participação de países africanos em blocos económicos emergentes globais, oferecendo subsídios a políticos públicos, investidores e académicos interessados nas dinâmicas das relações internacionais e no crescimento económico de Moçambique. Uma análise crítica desta temática permitirá identificar recomendações estratégicas que promovam tanto o crescimento económico quanto a autonomia política, fortalecendo assim a capacidade do país para tirar pleno proveito das oportunidades ofertadas pelo BRICS.

O estudo assenta-se numa metodologia de carácter qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. A opção por esse paradigma metodológico revela-se pertinente, visto que possibilita a elaboração de um quadro detalhado acerca da situação em Moçambique, tendo em conta experiências comparativas de outras nações pertencentes ao grupo BRICS, além de facultar a formulação de recomendações estratégicas destinadas a otimizar os benefícios e reduzir os riscos inerentes à adesão ao referido grupo.

Referencial Teórico

Inserção económica e Blocos Emergentes

A integração económica corresponde ao esforço empreendido por nações para estabelecer conexões em blocos ou acordos regionais, com o propósito de diminuir as barreiras comerciais, promover o fluxo de investimentos e aumentar a sua competitividade no cenário internacional. De acordo com Balassa (1961), este processo reveste-

-se de diferentes níveis de interdependência crescente, os quais variam desde áreas de livre comércio até às uniões monetárias, cada um demandando uma maior coordenação das políticas estatais.

Para além da dimensão económica, a integração adquire também importância política e estratégica. Hettne e Söderbaum (2000) defendem que tais processos contribuem para a transformação das relações internacionais, reforçando a cooperação entre países do Sul Global. Dentro deste contexto, blocos emergentes como o BRICS representam alternativas às estruturas tradicionais dominadas por entidades como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2011), disponibilizando novos mecanismos de financiamento e colaboração.

Relativamente a Moçambique, uma eventual participação no BRICS apresenta tanto vantagens quanto perigos potenciais. Por um lado, o país poderia beneficiar de um acesso mais facilitado a investimentos e a novos mercados; por outro lado, esta integração requer uma abordagem cautelosa quanto aos seus efeitos sobre a autonomia política nacional e à sustentabilidade do seu desenvolvimento. Assim sendo, qualquer decisão nesta matéria deve ser orientada por estratégias que assegurem não apenas ganhos económicos imediatos, mas também benefícios estruturais duradouros.

A Dinâmica do BRICS no Contexto do Sistema Internacional

O grupo denominado BRICS, inicialmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China, foi ampliado em 2010 com a adesão da África do Sul, consolidando-se como um bloco de nações emergentes que

aspira a ampliar a sua influência no sistema internacional. Stuenkel (2015) explica que esta coalizão responde à necessidade de uma maior representação das economias em desenvolvimento, perante o domínio histórico exercido pelas potências ocidentais. De acordo com Armijo (2007), ao estabelecer instituições próprias, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o conglomerado procura criar alternativas ao modelo financeiro dominado por entidades como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No âmbito económico, o BRICS visa dinamizar o comércio entre os seus membros, promover investimentos em infra-estruturas e incentivar a utilização de moedas locais nas transacções internacionais (Wilson, 2017). Estes mecanismos têm por objectivo não apenas diminuir a dependência do dólar norte-americano, mas também criar um sistema financeiro mais equilibrado para os países emergentes. Sob perspectiva política, o bloco estimula a cooperação Sul-Sul e defende uma maior participação dos países em desenvolvimento nos processos de decisão multilaterais (Stuenkel, 2015).

Na esfera geopolítica, o BRICS assinala um reposicionamento estratégico dos seus componentes no cenário global. Conforme Laidi (2012), esta aliança possibilita articular interesses comuns diante das tensões internacionais, especialmente na relação com os Estados Unidos e a União Europeia. Tal postura reforça a concepção de um mundo multipolar, contestando a hegemonia unipolar vigente e abrindo espaço para que as economias em desenvolvimento possam ampliar as suas vozes nos fóruns internacionais.

Contudo, apesar do potencial evidente, o BRICS enfrenta dificuldades internas. Abdenur e Folly (2015) salientam que as

assimetrias existentes entre os seus membros — nomeadamente quanto ao tamanho económico, poder militar e capacidade institucional — podem comprometer a coesão do grupo. Para países como Moçambique, que consideram uma futura adesão, tal panorama exige uma abordagem cautelosa. É imperativo equilibrar as oportunidades proporcionadas pelo ingresso em novos mercados e pelo acesso ao financiamento com estratégias capazes de evitar dependências excessivas e garantir a defesa dos interesses nacionais num horizonte de longo prazo.

Incorporação de Moçambique no Panorama Económico Global

Moçambique tem vindo a consolidar a sua inserção no cenário internacional através da participação activa em organizações regionais e multilaterais, nomeadamente na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (UA). Estas alianças representam uma estratégia do Estado para fortalecer os laços comerciais, ampliar as trocas económicas e afirmar a sua posição no continente africano. Castel-Branco (2010) enfatiza que tais participações não apenas aumentam as oportunidades de acesso ao mercado, mas também proporcionam mecanismos de cooperação e assistência imprescindíveis para países em fase de desenvolvimento.

Apesar destes avanços, a economia moçambicana mantém uma dependência significativa na exportação de recursos naturais, como gás natural, carvão mineral e produtos agrícolas. Conforme Hanlon (2018), tal vulnerabilidade às oscilações nos preços internacionais restringe a capacidade do país em alcançar um crescimento sustentável. Nesse contexto, a procura por parcerias estratégicas que fomentem processos de in-

dustrialização e diversificação produtiva revela-se crucial para atenuar essa fragilidade estrutural.

No que concerne à esfera diplomática, Moçambique adoptou tradicionalmente uma postura de não-alinhamento desde a sua independência em 1975, procurando manter relações equilibradas com diversas potências e blocos globais. Seibert (2010) assinala que esta postura conferiu ao país maior flexibilidade para captar investimentos e apoio externo sem comprometer a sua soberania. No entanto, uma eventual participação no grupo dos BRICS poderá implicar alterações relevantes nesta estratégia diplomaticamente delineada, introduzindo novos critérios nas prioridades da política externa nacional.

A potencial adesão aos BRICS traria, assim, benefícios e desafios. Por um lado, Moçambique poderia usufruir de maiores possibilidades de financiamento para projectos de infra-estruturas, adopção de novas tecnologias e cooperação em sectores estratégicos. Por outro lado, teria que gerir cautelosamente as suas relações com parceiros ocidentais e instituições financeiras tradicionais, evitando o surgimento de tensões diplomáticas ou dependências excessivas. Consequentemente, qualquer decisão deve ser avaliada à luz de uma estratégia nacional que equilibre interesses imediatos com objectivos de sustentabilidade a longo prazo.

Perspectivas Teóricas para Moçambique e os BRICS

A literatura especializada na área de integração económica destaca que a adesão de países em desenvolvimento a blocos internacionais produz efeitos positivos somente quando acompanhada por políticas internas

sólidas e coerentes. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2011) e Stiglitz (2002), é imperativo direccionar os investimentos estrangeiros para sectores estratégicos, convertendo-os em ganhos estruturais como a diversificação produtiva e o processo de industrialização. Sem esse enquadramento, as economias dependentes de *commodities* e sua vulnerabilidade face a choques externos podem exacerbar desigualdades sociais e fragilizar as estruturas económicas nacionais.

No caso específico de Moçambique, tal debate assume particular relevância, dado que a sua economia permanece fortemente orientada para a exploração e exportação de recursos naturais. Castel-Branco (2010) e Hanlon (2018) alertam para o desafio do país em canalizar o capital estrangeiro não apenas para grandes projectos extractivos, mas para actividades capazes de fomentar inclusão social e criar empregos de qualidade. A participação no agrupamento dos BRICS representa uma oportunidade potencial de obtenção de financiamento alternativo; contudo, a efectividade desta estratégia dependerá da capacidade do Estado estabelecer estratégias claras voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Adiante, destaca-se a importância de contar com um quadro institucional robusto. Experiências internacionais demonstram que os investimentos externos, quando não acompanhados por políticas regulatórias eficazes, podem fortalecer processos de captura de recursos por parte das elites económicas locais e aprofundar assimetrias sociais já existentes. Assim sendo, Moçambique necessita investir na implementação de reformas institucionais, aumentar a transparência na gestão dos recursos públicos e consolidar práticas eficientes de governança pública,

aspectos essenciais para garantir que os benefícios decorrentes da possível integração no bloco dos BRICS sejam distribuídos de forma mais equitativa.

Por último, a análise teórica sugere que o exame da adesão ao agrupamento deve ir além dos aspectos económicos imediatos, incorporando dimensões políticas e sociais assim como considerações relativas ao longo prazo. A capacidade do país equilibrar ganhos externos com autonomia interna será determinante para que tal integração se converta em um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, só será considerada benéfica mediante sua articulação com um projecto nacional coeso, que integre crescimento económico sustentado, justiça social e estabilidade política, factores esses indispensáveis à redução do risco de dependência excessiva e ao fortalecimento da soberania nacional moçambicana.

Metodologia

O presente estudo recorre a uma metodologia de índole qualitativa, com carácter exploratório e descritivo, apropriada à análise de fenómenos complexos, nomeadamente a possível adesão de Moçambique ao bloco económico dos BRICS. Esta abordagem possibilita uma compreensão aprofundada dos impactos económicos, políticos e sociais envolvidos, assim como dos desafios e riscos associados a tal processo de integração.

A pesquisa foi conduzida segundo uma orientação qualitativa, centrando-se na interpretação crítica de dados secundários e documentos. A escolha por este método justifica-se pela complexidade do tema em análise, que abarca múltiplas dimensões interdependentes (económica, política e social), bem como pela necessidade de compreender

as relações, tendências e impactos no contexto real.

Para a recolha de dados, o artigo apoiou-se em pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluem relatórios oficiais do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e documentos governamentais referentes às políticas económicas e diplomáticas de Moçambique. As fontes secundárias englobam artigos académicos, estudos produzidos por think tanks (como o Council on Foreign Relations – CFR e 360 Mozambique), relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e publicações especializadas em relações internacionais e economia do desenvolvimento.

Os dados foram analisados através da técnica do conteúdo, procurando identificar padrões, tendências, relações interpretativas relativas aos benefícios, desafios e riscos inerentes à integração de Moçambique no grupo dos BRICS.

Análise e Discussão dos Resultados

A potencial participação de Moçambique no bloco dos BRICS suscita múltiplas consequências de natureza económica, política e social, que requerem uma análise aprofundada fundamentada nas evidências obtidas através de pesquisa documental. Nesta secção, serão debatidos os resultados derivados da revisão bibliográfica e da análise de relatórios oficiais, destacando-se as possíveis repercussões, os desafios estratégicos e os riscos inerentes à integração do país nesse agrupamento económico emergente.

Vantagens Económicas e Comerciais

Os dados recolhidos sugerem que a adesão de Moçambique ao BRICS pode proporcionar benefícios relevantes para a sua economia nacional. A cooperação com nações como a China, Brasil e Índia apresenta possibilidades de investimento em áreas como infra-estruturas, energia e mineração, sectores essenciais para um desenvolvimento sustentável. Conforme Daniel (2023), participar neste bloco poderia facilitar o acesso a linhas de crédito provenientes do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), destinadas a projectos de longo prazo, sobretudo em regiões com níveis económicos menos avançados.

Assim, incorporar-se ao BRICS poderá potenciar a exportação de recursos naturais tais como gás natural e carvão mineral; aproveitando assim o aumento da procura por parte dos mercados emergentes. A literatura aponta que a adesão a blocos económicos emergentes tende a reduzir barreiras comerciais e condições burocráticas, promovendo uma maior competitividade dos produtos nacionais (CFR, 2023). Num contexto globalizado, reforçar a posição de Moçambique na esfera internacional pode facilitar negociações mais favoráveis no comércio mundial, aumentando as receitas oriundas das exportações e fortalecendo o tecido económico interno.

Outro benefício potencial prende-se com o aprimoramento das capacidades técnicas e tecnológicas através da cooperação Sul-Sul. Projectos infra-estruturais financiados pelos membros do BRICS podem promover transferência tecnológica e capacitação técnica do capital humano local, resultando em melhorias na produtividade industrial. Se bem geridos, esses efeitos

poderão também contribuir para diminuir a dependência das matérias-primas primárias e fomentar uma estratégia diversificada de crescimento económico — necessidade apontada por autores do FMI (2011).

Desafios Políticos e Institucionais

Apesar das oportunidades identificadas, verifica-se que surgem desafios consideráveis ao nível político e institucional. A entrada no BRICS poderá tencionar a tradição do país quanto à política de não-alinhamento internacional adoptada desde a independência que visava manter equilíbrio nas relações com diferentes potências globais (Dias, 2023). Tal adesão pode exercer pressão para alinhar decisões económicas ou políticas às agendas estratégicas predominantes nos países mais influentes do grupo, nomeadamente China, Índia ou Rússia.

No âmbito institucional, torna-se imprescindível fortalecer os mecanismos de gestão e execução de projectos estruturais de grande escala. Estudos acerca da participação de outros países africanos no referido bloco evidenciam que deficiências na transparência administrativa e na governança eficiente podem comprometer resultados finais dos investimentos realizados: atrasando processos ou levando à subutilização dos recursos disponíveis (CFR, 2023). Para Moçambique isso equaciona o fortalecimento das instituições públicas nacionais mediante capacitações especializadas e implementação eficazes de mecanismos monitorizadores.

Ademais, há ainda o desafio relativo ao equilíbrio entre interesses económicos externos e a autonomia política interna. Uma dependência excessiva perante capitais estrangeiros sem políticas internas capazes de promover diversificação económica eleva

o risco face às oscilações nos mercados internacionais ou às pressões externas sobre as tomadas de decisão autónomas do Estado moçambicano. Na óptica académica como no relatório do FMI (2011), sustenta-se que um desenvolvimento sustentável pressupõe estratégias fundamentadas num planeamento estratégico coeso direccionado para um crescimento económico inclusivo.

Riscos Económicos e Sociais

Os resultados revelam igualmente riscos potenciais associados à integração no bloco dos BRICS – não podendo estes ser considerados desprezíveis. Entre os problemas económicos destaca-se uma maior vulnerabilidade decorrente da excessiva dependência na exportação commodities — produto cuja flutuação nos preços internacionais representa uma ameaça constante à estabilidade macroeconómica nacional. Como assinala o FMI (2011), países cuja economia se apoia demasiadamente nesta categoria enfrentam dificuldades acrescidas em manter uma trajetória crescente sustentada.

Ao nível social, os investimentos dirigidos à modernização das infraestruturas energéticas ou aeroportuárias podem causar impactos adversos em comunidades locais sob condições mal planificadas: deslocamentos populacionais forçados ou desigualdades surgidas pelo acesso disparitário aos benefícios decorrentes desses projetos poderão agravar situações já existentes. É importante implementar políticas sociais mitigadoras capazes garantir inclusão social efetiva enquanto se promove um desenvolvimento equilibrado.

Outro factor relevante refere-se à vulnerabilidade geopolítica decorrente da participação num bloco dominado por atores globais influentes como China ou Rússia: isso pode colocar Moçambique numa situação delicada frente às rivalidades internacionais existentes actualmente, exigindo habilidades diplomáticas especiais com vista à preservação da soberania nacional sem comprometer alianças estratégicas anteriores ou atuais em curso no cenário externo. Literatura especializada recomenda cautela na busca por manter conciliação entre oportunidades económicas proporcionadas pelo agrupamento com controlo acerca da questão soberana (Dias, 2023; CFR., 2023).

Estratégia de Integração

Os achados indicam que, para potencializar os benefícios e reduzir os riscos associados, Moçambique deverá seguir uma abordagem deliberada e selectiva quanto à sua integração. Em primeiro lugar, é imperativo identificar sectores considerados estratégicos para investimento, com ênfase na promoção da diversificação económica, nomeadamente na indústria ligeira, agro-indústria e tecnologias sustentáveis.

Simultaneamente, torna-se imprescindível fortalecer as instituições públicas do país, assegurando níveis elevados de transparência, uma governança eficiente e a capacidade de monitorização e avaliação dos projectos financiados pelos membros do BRICS. A formação de recursos humanos e a transferência tecnológica devem fazer parte integrante das parcerias estabelecidas, de modo a garantir que as vantagens económicas se traduzam em avanços ao nível do desenvolvimento local.

Conclusão

Conclui-se que a provável integração de Moçambique no quadro do BRICS constitui uma oportunidade de carácter estratégico, potencialmente capaz de incrementar os investimentos estrangeiros, potenciar o comércio internacional e facilitar a transferência de tecnologia. Todavia, estes benefícios dependem da capacidade do país em administrar projectos de grande envergadura, assegurar a transparência das instituições e implementar políticas que favoreçam a diversificação económica e o desenvolvimento sustentável.

Os obstáculos políticos, particularmente aqueles relacionados com a preservação da autonomia na condução da política externa, assim como os riscos económicos e sociais associados à dependência de recursos minerais e aos possíveis efeitos sobre as comunidades locais, requerem uma atenção redobrada. A integração eficiente passará por uma abordagem equilibrada, que contemple tanto a exploração das oportunidades económicas quanto a mitigação dos potenciais riscos, de modo a garantir que Moçambique não apenas participe na estrutura do BRICS, mas também maximize os benefícios para o seu desenvolvimento interno.

De forma geral, a adesão ao BRICS pode configurar-se como um instrumento eficaz para o crescimento económico e projecção internacional do país, desde que seja conduzida mediante um planeamento estratégico rigoroso, uma governança competente e uma diplomacia meticulosa, assegurando assim efeitos positivos duradouros para Moçambique.

Por fim, recomenda-se que Moçambique adopte uma postura diplomática equilibrada, mantendo a sua autonomia na

política externa enquanto aproveita as oportunidades oferecidas pelo bloco de forma estratégica. Tal conduta permite conciliar o crescimento económico com a soberania política e o desenvolvimento sustentável, convertendo a adesão ao BRICS num instrumento eficaz para impulsionar o progresso do país.

Referencias

Abdenur, A. E., & Folly, M. (2015). The new development bank and the BRICS: Challenges of building a global institution. *Global Governance*, 21(4), 497–511.

Armijo, L. E. (2007). The BRICS countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: Mirage or insight? *Asian Perspective*, 31(4), 7–42.

Balassa, B. (1961). *The theory of economic integration*. London: Allen & Unwin.

Castel-Branco, C. N. (2010). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.

CFR – Council on Foreign Relations. (2023). *What is the BRICS group and why is it expanding?* <https://www.cfr.org/background/what-brics-group-and-why-it-expanding>

Daniel, E. (2023). *Mozambique's alliance with the BRICS: Understanding the risks and benefits*. 360 Mozambique. <https://360mozambique.com/economy/mozambiques-alliance-with-the-brics-understanding-the-risks-and-benefits>

Dias, W. (2023). *Riscos e desafios da integração de Moçambique no BRICS*. Observatório de Relações Internacionais de Moçambique.

Hanlon, J. (2018). Mozambique: The tension between politics and economy. *African Affairs*, 117(466), 303–331.

Hettne, B., & Söderbaum, F. (2000). Theorising the rise of regionness. *New Political Economy*, 5(3), 457–473.

IMF – International Monetary Fund. (2011). *Lessons from the experience of countries in development*. Washington, DC: International Monetary Fund. <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2011/011211.pdf>

Laidi, Z. (2012). BRICS: Sovereignty power and weakness. *International Politics*, 49(5), 614–632.

Seibert, G. (2010). *Moçambique: História, política e sociedade*. Lisboa: Instituto de Estudos Africanos.

Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and its discontents*. New York: W.W. Norton.

Stuenkel, O. (2015). *The BRICS and the future of global order*. Lanham: Lexington Books.

Wilson, D. (2017). Global economic shifts and the BRICS. *Journal of International Affairs*, 70(2), 45–62.